

# **Fundamentos da política industrial: a influência dos incentivos fiscais, físicos e econômicos na geração de emprego no município de Rio do Sul - SC (2005-2010)\***

*Márcia Füchter* \*\*

*Tatiane Aparecida Viegas Vargas* \*\*\*

## **Resumo**

Política industrial significa o conjunto de ações praticadas pelo setor público com ou sem parceria, junto ao setor privado, com a finalidade de desenvolver a indústria do país. Trata-se de uma forma de criar externalidades positivas diante das dificuldades enfrentadas pela indústria no decorrer de suas atividades, visando, por meio de diversos mecanismos, criar condições para o crescimento industrial. O modo como se dá a intervenção do Estado na economia, por meio da utilização da política industrial, depende da visão teórica adotada, bem como do contexto social e histórico no qual está inserida. As medidas propostas para estimular o crescimento industrial dependem do objetivo dos agentes envolvidos, podendo valer-se da ótica das falhas de mercado, da ótica desenvolvimentista e/ou da ótica da competência para inovar. Ainda assim, os métodos para abordar a política industrial dependem da abrangência de suas medidas, caracterizando-se na prática através de instrumentos verticais (seletivos) e/ou horizontais (totalidade). Partindo do pressuposto de que é necessária a interferência do Estado na economia, esta pesquisa buscou analisar a influência dos incentivos fiscais, físicos e econômicos concedidos pelo município de Rio do Sul para empresas classificadas como indústrias de transformação, instaladas ou que quisessem se instalar no município. Foram identificadas as empresas, os tipos de incentivos concedidos e se houve ou não geração de novos postos de trabalho em função dos incentivos. O período de análise foi do ano de 2005 a 2010.

**Palavras-chaves:** política industrial; incentivos físicos e fiscais; Santa Catarina; Rio do Sul

## **Fundamentals of industrial policy: the influence of fiscal, physical and economic incentives for employment generation in the *município* of Rio do Sul - SC (2005-2010)**

### **Abstract**

Industrial policy means a set of actions practiced by the public sector, with or without partnership with the private domain, the purpose of which is to help develop the country's manufacturing activities.

---

\* Este artigo é uma versão modificada do trabalho apresentado no VI Encontro de Economia Catarinense, em Joinville (SC) em 2012.

\*\* Professora do curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI. Doutoranda – PPGDR-FURB (marciafuchter@gmail.com)

\*\*\* Professora do curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI. Doutoranda – PPGDR-FURB. Integrante do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional – NPDR-FURB (tatianeviega@gmail.com)

These initiatives can create positive externalities in face of the difficulties dealt with by manufacturing activities currently, resulting in improved conditions for industrial growth through several mechanisms. The way the State gets involved in the economy by means of industrial policy depends on the theoretical vision adopted, as well as on the social and historical context in which this relationship is inserted. The measures proposed to stimulate industrial growth depend on the objectives of the agents involved, having to do either with the perspective of market failures, the perspective of development or the one implying competence to innovate. Even so, the methods to approach industrial policy depend on the extent of their measures, being characterized, in practice, by the use of vertical (selective) and/or horizontal (totality) instruments. Sharing the vision that the interference of the State in the economy is a necessity, the authors of this research sought to analyze the influence of the fiscal, physical and economic incentives granted by the *município* of Rio do Sul to manufacturing companies already installed or being installed in that area. The research permitted the identification of the companies and of the types of benefits granted, and allowed some conclusion about whether new jobs were created in relation to the latter, between 2005 and 2010.

**Keywords:** industrial policy; physical and tax benefits; Santa Catarina; Rio do Sul.

**JEL Classification:** H25, R11

## 1 Introdução

Partindo do pressuposto de que a atuação do Estado na economia é fundamental para a sustentabilidade das unidades produtivas, o presente artigo teve por objetivo investigar a influência dos incentivos fiscais, físicos e econômicos para geração de empregos no município de Rio do Sul. Sabe-se que os incentivos facilitam o desenvolvimento das indústrias em âmbito local, regional e nacional, proporcionando vantagens às unidades produtivas beneficiadas.

Esta interferência, quando de caráter incentivador, pode dinamizar o processo e o produto da indústria local. Os incentivos visam facilitar a permanência e consolidação das indústrias no mercado competitivo e, quando bem planejados e articulados, induzem o desenvolvimento individual e conjunto do ambiente industrial local, possibilitando às indústrias, independentemente de seu porte produtivo, condições para alcançar o crescimento. No entanto, é importante ressaltar que as intervenções governamentais devem ser moderadas e bem direcionadas para não atrapalhar a individualidade de cada unidade produtiva.

Conhecer as políticas industriais, de natureza baseada em incentivos, realizadas em Santa Catarina e no município de Rio do Sul pode auxiliar a caracterizar a atuação da administração pública para fins de desenvolvimento individual e do conjunto do ambiente econômico local. A intenção deste artigo foi conhecer e levantar quais incentivos foram disponibilizados para as indústrias de transformação do município de Rio do Sul, no período de 2005 a 2010, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Para a elaboração do artigo foi utilizada pesquisa bibliográfica, na qual foi possível definir política industrial, bem como seus instrumentos e a função do Estado. Esta modalidade de pesquisa também proporcionou o conhecimento das políticas industriais utilizadas no Estado de Santa Catarina para alguns segmentos específicos. Quanto aos resultados, trata-se de uma pesquisa documental, cuja fonte foram as cópias de documentos oficiais disponibilizados pela Prefeitura de Rio do Sul, onde foi possível apurar as empresas beneficiadas pelos incentivos no município. Também foi utilizada a base de dados da RAIS/MTE. A análise dos dados foi quantitativa, uma vez que buscou apurar a quantidade de empresas beneficiadas e o número de empregos gerados.

## **2 Fundamentos da política industrial**

Na política industrial, a interferência do Estado e dos agentes governamentais na economia, articulando a alocação de recursos prioritariamente ao setor produtivo, está ancorada por diversas correntes. Nesse sentido, é possível considerar vários fatores econômicos que dirigem a ação do Estado sobre o modo de organização de um sistema econômico. Na perspectiva da ação do Estado como dinamizador, a política industrial, através de incentivos e regulações associadas a ações públicas, pode “[...] afetar a alocação inter e intra-setorial de recursos, influenciando a estrutura produtiva e patrimonial, a conduta e o desempenho dos agentes econômicos [...]” (FERRAZ; MENDES; KUPFER, 2002, p. 564).

Uma outra situação é o surgimento de externalidades, as quais podem ser entendidas como fenômenos que aparecem quando um indivíduo ou firma não arca com todos os seus prejuízos ou não recebe todos os seus benefícios; neste caso seria justificável a interferência do Estado. Essa interferência pode ser através da produção direta ou da concessão de subsídios, gerando externalidades positivas; através de multas e impostos, para amenizar as externalidades negativas; ou regulamentando condições de produção (STIGLITZ, 2003; GIAMBIAGI; ALÉM, 2000). Ou ainda,

[...] a política industrial seria essencialmente uma forma de criar externalidades positivas (tecnológicas e pecuniárias) que propiciassem aumentos de produtividade (capital e trabalho) na economia como um todo. Esse aumento de produtividade, por sua vez, viabiliza o aumento do salário real e o crescimento da acumulação de capital sem pressão sobre os preços e, por fim, a melhora do bem estar social – objetivo último de qualquer política pública e em particular da política industrial (SUZIGAN, 1996, p. 7).

Mais especificamente sobre as ações da política industrial, pode-se apontar, por exemplo, na parte tecnológica, o incentivo a P&D e o desenvolvimento da infraestrutura de ciência e tecnologia e de relações de troca entre empresa e universidade; na parte pecuniária, melhoria na infraestrutura (energia, transportes, telecomunicações) e no social (capacitação). (SUZIGAN,1996)

A interferência do Estado na economia também é justificada na literatura econômica pelo “Ótimo de Pareto”, que consiste na ideia de que ninguém pode melhorar sua situação, sem causar algum prejuízo a outros agentes. O Estado, portanto, deve interferir no funcionamento do mercado quando surgirem as circunstâncias de existência de bens públicos, monopólios naturais, externalidades, mercados incompletos, falhas de informação, ocorrência de desemprego e inflação (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000).

Os bens públicos são caracterizados como não exclusivos e não disputáveis, ou ainda indivisíveis, pois o consumo por determinado grupo não afeta o consumo de outros indivíduos, mesmo que alguns sejam mais ou menos beneficiados. Então, os bens públicos abrem espaço para o comportamento oportunista, oferecendo a oportunidade de usar sem pagar, o que faz com que o mercado tenda a falhar na oferta de tais bens, já que não tem incentivos para produzi-los. Portanto, cabe ao Estado ofertá-los diretamente ou por meio de concessões (FERRAZ; MENDES; KUPFER, 2002).

Os monopólios naturais podem surgir quando algumas empresas possuem capacidade de produção a custos menores do que as demais empresas do mesmo segmento. Na existência de monopólios naturais, o governo poderia intervir regulando as empresas para não acontecer a prática de preços abusivos, ou o próprio governo poderia produzir o bem em questão. Então, “[...] as políticas de regulação buscam evitar que o poder de mercado resulte na perda do bem-estar para o consumidor” (FERRAZ; MENDES; KUPFER, 2002, p. 550).

Mercados incompletos ocorrem quando não há mercado para algum bem ou risco, ou quando indivíduos não podem obter crédito para determinados fins. A intervenção governamental, no caso de mercados incompletos, pode ser pela concessão de crédito no longo prazo para o desenvolvimento do setor produtivo. As falhas de informação acontecem quando os consumidores não possuem informações suficientes para tomar decisões racionalmente; então o governo, mediante a legislação, induz a transparência do mercado, e deve contribuir para dinamizar o acesso às informações (PINDYCK; RUBINFELD, 2006; GIAMBIAGI; ALÉM, 2000).

No que diz respeito à existência do desemprego e da inflação, não é de competência das empresas buscar a solução, já que são consequências da incapacidade do mercado de

solucionar esses problemas. Portanto, a ação do governo acontece no sentido de manter a economia o mais próximo do pleno emprego e proporcionar a estabilidade dos preços (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000). Em resumo, se os mercados falham, é necessária a intervenção do Estado, a qual pode se dar, por exemplo, na forma de políticas indústrias.

Sob a ótica desenvolvimentista, a visão está voltada para a situação em que se encontra o desenvolvimento das indústrias nacionais frente às indústrias internacionais, avaliando variáveis que afetam a posição das mesmas no ambiente produtivo, fornecendo-lhes vantagens ou desvantagens. A corrente desenvolvimentista é considerada a partir de três condicionantes: a) as características intrínsecas da nação onde está sendo desenvolvida; b) o estágio de desenvolvimento da nação onde estão sendo aplicadas as políticas; c) o contexto internacional, pois os diferentes momentos do tempo definem se a política será aceita ou não (FERRAZ; MENDES; KUPFER, 2002).

As abordagens desenvolvimentistas consideram que a política econômica cambial, monetária, fiscal, de comércio exterior, de regulação etc., deveriam ser colocadas a serviço do objetivo de industrialização, beneficiando o setor privado, a empresa nacional, priorizando o crescimento, a rivalidade e a produtividade, por meio de melhores práticas internacionais. Portanto, o Estado desenvolvimentista toma iniciativas sobre produtos e tecnologias que deveriam ser encorajadas, mobilizando incentivos ou regulações. Contudo, os desafios de desenvolvimento estão atrelados à capacidade de o Estado evoluir, adaptando-se às mudanças. (FERRAZ; MENDES; KUPFER, 2002).

Na perspectiva Schumpeteriana, a lógica é a capacidade da competência para inovar, ou seja, o processo de concorrência pela inovação traz incertezas, o que abre espaço para a intervenção pública. O mercado seleciona os agentes e o Estado intensifica o processo de seleção, criando instituições facilitadoras do processo de geração e difusão de tecnologias. A política industrial pela ótica da competência para inovar deve estimular o ambiente competitivo mais do que realizar políticas antitruste. Estimulando as empresas a desenvolverem novas capacitações, o Estado deve articular alianças estratégicas para aumentar as capacitações a fim de tornar o ambiente competitivo mais seletivo.

Para induzir as transformações tecnológicas, o governo pode utilizar instrumentos como a subvenção a projetos de alta intensidade tecnológica, incentivos fiscais a pesquisa e desenvolvimento, financiamentos para inovações, disponibilidade para capital de risco para novos empreendimentos, entre outros. Adicionalmente, esforços para capacitação de recursos humanos, e institutos dedicados à investigação técnica e científica, são fundamentais (FERRAZ; MENDES; KUPFER, 2002).

As políticas industriais ainda dependem da meta que o governo deseja atingir. Nesse sentido, a intervenção do Estado se dá de forma horizontal ou vertical, beneficiando setores ou o conjunto industrial. No que se refere às políticas industriais verticais, estas são as que privilegiam setores específicos a partir de decisões estratégicas. Já as políticas industriais horizontais buscam atender os interesses do setor produtivo na sua totalidade, sem apontar para ramos específicos, podendo variar de acordo com sua natureza. São instrumentos da política industrial horizontal, medidas como política de infraestrutura e política de ciência e tecnologia, entre outras (FERRAZ; MENDES; KUPFER, 2002).

A intenção desta seção foi revisar o aporte teórico que nos auxiliou na análise dos dados da pesquisa. Concordamos que a participação do Estado no cenário econômico é necessária e que algumas medidas são facilitadoras e incentivadoras no sentido de contribuir para o desenvolvimento econômico. No caso dos incentivos municipais, concedidos pela Prefeitura de Rio do Sul, a expectativa é que as ações governamentais possibilitem às empresas locais aumentarem a oferta de postos de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento do município e da região, haja vista que Rio do Sul é a cidade de maior representatividade econômica do Alto Vale do Itajaí.

### **3 Contexto histórico, geográfico e econômico do município de Rio do Sul**

O município de Rio do Sul possui área geográfica total de 262 Km<sup>2</sup>, que representa 3,4% da área total da região do Alto Vale do Itajaí, limitando-se com os municípios de Presidente Getúlio, Aurora, Ibirama, Lontras, Agrônômica e Laurentino, conforme pode ser observado na figura 1. Localiza-se a aproximadamente 185 km de distância da capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Foi colonizado predominantemente por imigrantes alemães e italianos, e fundado em 15 de abril de 1931. Sua população corresponde a 61.196 habitantes, sendo 56.783 localizadas na área urbana e 4.413 na área rural (IBGE, 2010).

O povoamento de Rio do Sul iniciou-se com as tentativas de integração entre a população do litoral e a região serrana. A abertura das estradas, motivada principalmente pelos interesses do governo e das companhias de colonização, levou o engenheiro Emilio Odebrecht a começar as expedições rumo ao planalto em 1863, e, quatro anos depois, voltando a passar por onde seria Rio do Sul, deixou uma picada que foi a única ligação entre Blumenau e o Planalto. A picada deixada pelo engenheiro foi utilizada pelos sertanejos e colonos, que encontraram na união dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste as condições

necessárias para o povoamento, que começou oficialmente com a chegada do primeiro colono, Francisco Frankenberger, em 1892 (PELUSO JUNIOR, 1991).

Figura 1 – Localização geográfica de Rio do Sul



Fonte: Secretária do Desenvolvimento Regional

A forte agricultura de Rio do Sul no século XX foi o alicerce para trazer empreendimentos como as indústrias de fécula, em 1904, até 1927. Outras indústrias, como a artesanal, cervejaria, funilaria, oficina de ferreiro, marceneiro, alfaiate, indústria de artefatos de couro, um pequeno comércio e um hotel, também se instalaram no município. Em 1928, Rio do Sul desmembrou-se de Blumenau, quando já se destacava economicamente em relação a outros distritos da região e do Estado. A partir daí teve impulso a atividade de extração vegetal. Com os incentivos do Banco Agrícola, criado três anos antes da emancipação do município, as atividades agrícolas, do comércio e da indústria passaram a contar com crédito e financiamento para o seu desenvolvimento (TOMASINI; HOERHNN, 2000).

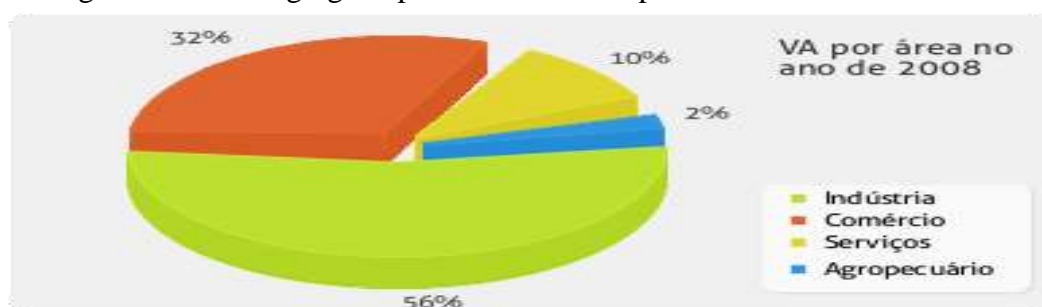
Em 1933 as atividades industriais já se apresentavam bastante diversificadas e, acompanhando o seu crescimento, o comércio também aumentava. Devido à forte extração da madeira, instalaram-se indústrias ligadas ao setor, como as serrarias, de tecidos e de móveis. Um dos maiores problemas para o desenvolvimento do município era a precariedade das estradas, o que foi parcialmente resolvido com a conclusão da estrada de ferro, nos anos 1940, o que permitiu a saída dos produtos fabricados para outros Estados e possibilitou a exportação para países como Alemanha e Estados Unidos. Em 1945 foi inaugurada em Rio do Sul a Associação Comercial e Industrial, depois o SENAI, a Escola Agrotécnica, o Hospital, a

Polícia Militar, entre outros. Na década de 1950 o município era o quinto mais populoso do Estado, e as atividades industriais permaneciam concentradas na fécula e no extrativismo. (TOMASINI; HOERHNN, 2000).

Na década de 1960 o transporte ferroviário começou a ser substituído pelo rodoviário. Entre as décadas de 1960 e 1980 a população urbana ultrapassou a rural. Nos anos 1970 foi desativada a estrada de ferro, sendo a produção do município escoada pela rodovia. Em 1985 o governo proibiu a extração da mata nativa, e as empresas do setor que permaneceram foram as de grande porte que possuíam reserva de pinus. Entre as décadas de 1970 e 1980, novas indústrias passaram a se destacar, como a metalúrgica e de artigos de vestuário. Em 1991, Rio do Sul contabilizava 294 indústrias (TOMASINI; HOERHNN, 2000).

No ano de 2008 a indústria representava 56% do Valor Agregado do município, sendo os manufaturados de madeira, o vestuário em jeans e malhas, os produtos da metalmeccânica, os eletrônicos e os alimentícios, os principais produtos comercializados. Ainda em 2008 o comércio representava 32% do V.A. Na área de Serviços, merece destaque o segmento de telecomunicações, além de contar com diversos escritórios de contabilidade e acessória jurídica, entre outros. Já o setor agropecuário não é muito representativo, comparado aos demais setores, conforme pode ser verificado no gráfico da figura 2.

Figura 2 – Valor agregado por área no município de Rio do Sul - 2008



Fonte: AMAVI

Sendo a indústria o segmento mais representativo, apresentamos a seguir os setores mais relevantes em número de empresas no período de 2005 a 2010.

Conforme a tabela 1, a indústria têxtil é a mais representativa, seguida das de metalurgia, madeira e mobiliária, mecânica e alimentos, podendo ser considerado ainda o crescimento geral no número de estabelecimentos industriais no período analisado, que passou de 463 unidades produtivas, em 2005, para 540 em 2010.



Tabela 1 – Número de indústrias por setor e ano no município de Rio do Sul 2005-2010

<b>NÚMERO DE EMPRESAS POR ANO</b>						
<b>SETORES/ANO</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
MINERAIS NÃO METÁLICOS	15	12	16	13	14	15
<b>INDÚSTRIA METALÚRGICA</b>	45	43	45	47	51	65
<b>INDÚSTRIA MECÂNICA</b>	34	32	36	37	41	45
ELETRÔNICA E COMUNICAÇÃO	8	10	9	10	6	6
MATERIAIS DE TRANSPORTE	8	8	8	12	13	14
<b>MADEIREIRA E MOBILIÁRIA</b>	42	41	41	41	43	46
PAPEL E GRÁFICA	19	23	22	22	27	25
BORRACHA, FUMO, COURO	11	14	14	18	16	17
INDÚSTRIA QUÍMICA	18	17	18	17	17	15
<b>INDÚSTRIA TÊXTIL</b>	229	240	236	233	243	250
INDÚSTRIA DE CALÇADOS	0	0	0	0	0	0
<b>ALIMENTOS E BEBIDAS</b>	34	29	36	37	44	42
<b>TOTAL</b>	<b>463</b>	<b>469</b>	<b>481</b>	<b>487</b>	<b>515</b>	<b>540</b>

Fonte: Modificado pelas autoras com base nos dados brutos RAIS/MTE 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010

Em relação ao número de trabalhadores ocupados, a indústria têxtil também é a mais representativa, empregando, no ano de 2010, 2.497 trabalhadores, seguida dessa vez pela indústria de materiais de transporte, que, no mesmo ano, empregava 1.787 trabalhadores. Conforme pode ser observado tabela 2, outros setores também concentram trabalhadores, como o de alimentos e bebidas e o mecânico. O rendimento salarial do pessoal ocupado da indústria varia, conforme o nível de escolaridade, de R\$ 726,99, para os analfabetos, até R\$ 5.550,92, para formação com mestrado completo (BORTULIZZI et al., 2010).

Tabela 2 – Número de pessoal ocupado por setor no município de Rio do Sul 2005 – 2010

<b>NÚMERO DE PESSOAL OCUPADO POR SETOR E ANO</b>						
<b>SETORES/ANO</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
MINERAIS NÃO METÁLICOS	282	287	352	270	277	310
<b>INDÚSTRIA METALÚRGICA</b>	349	318	469	484	481	668
<b>INDÚSTRIA MECÂNICA</b>	730	683	792	794	809	959
ELETRÔNICA E COMUNICAÇÃO	341	447	479	497	401	457
<b>MATERIAIS DE TRANSPORTE</b>	559	1491	1689	1742	1558	1787
<b>MADEIREIRA E MOBILIÁRIA</b>	460	521	445	453	437	438
PAPEL E GRÁFICA	243	281	281	248	273	285
BORRACHA, FUMO, COURO	62	108	138	130	94	103
INDÚSTRIA QUÍMICA	96	121	157	122	99	89

INDÚSTRIA TÊXTIL	1982	2108	2428	2216	2282	2497
INDÚSTRIA DE CALÇADOS	0	0	0	0	0	0
<b>ALIMENTOS E BEBIDAS</b>	1106	1221	1270	1229	1204	1213
<b>TOTAL</b>	<b>6210</b>	<b>7586</b>	<b>8500</b>	<b>8185</b>	<b>7915</b>	<b>8806</b>

Fonte: Modificado pelas autoras com base nos dados brutos RAIS/MTE 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010

A cadeia exportadora de Rio do Sul em 2008 era composta por 25 empresas, conforme apresentado na tabela 3.

Tabela 3 – Principais empresas exportadoras de Rio do Sul por faixa de valor – 2008

<b>EMPRESA</b>	<b>VALORES DE EXPORTAÇÃO</b>
FRIGORIFICO RIOSULENSE S A	Acima de US\$ 50 milhões
ALLIANCE ONE BRASIL EXPORTADORA DE TABACOS LTDA.	Acima de US\$ 50 milhões
METALURGICA RIOSULENSE SA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
HERGEN S A MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	Entre US\$ 1 e 10 milhões
PREMIUM TABACOS DO BRASIL LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
FORT EXPORTACAO & IMPORTACAO LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
METAL TECNICA BOVENAU LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
ZANELLA ENGENHARIA E INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
H BREMER & FILHOS LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
ROHDEN INDUSTRIA LIGNEA LTDA	Até US\$ 1 milhão
ENGECASS EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA	Até US\$ 1 milhão
VEDAMOTOR'S INDUSTRIA E COMERCIO DE JUNTAS LTDA	Até US\$ 1 milhão
NH INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Até US\$ 1 milhão
ROYAL CICLO INDUSTRIA DE COMPONENTES LTDA	Até US\$ 1 milhão
COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI	Até US\$ 1 milhão
UNICERAMICA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS CERAMICOS	Até US\$ 1 milhão
INDUSTRIA E COMERCIO AUXILIADORA LTDA	Até US\$ 1 milhão
INDUSTRIA E COMERCIO RIOMAQ LTDA	Até US\$ 1 milhão
POMPEIA DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	Até US\$ 1 milhão
ROYAL CICLO INDUSTRIA DE COMPONENTES LTDA	Até US\$ 1 milhão
METAL SERVICE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP	Até US\$ 1 milhão
NAXOS COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA	Até US\$ 1 milhão
HERGEN S A MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	Até US\$ 1 milhão
CAITHEC INDUSTRIAL LTDA EPP	Até US\$ 1 milhão
STAR LUCK LTDA	Até US\$ 1 milhão

Fonte: Adaptado pelas autoras com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2008) e Prefeitura de Rio do Sul (2011)

Duas empresas, o Frigorífico Riosulense e a Alliane One Brasil Exportadora de Tabacos LTDA., exportaram em 2008 valores acima de US\$ 50 milhões. Outras sete empresas exportaram cada uma, entre US\$ 1 milhão e US\$ 10 milhões, e as demais, até US\$

1 milhão. Em 2009, o valor total das exportações de Rio do Sul foi de US\$ 146.726.916, destacando-se dos demais municípios do Alto Vale do Itajaí (FIESC, 2010).

O objetivo desta seção foi caracterizar o município de Rio do Sul, no sentido de situá-lo espacialmente em relação à sua formação regional. Como foi possível constatar, a indústria é um dos setores de maior relevância no contexto econômico, o que possibilitou ao município destacar-se em âmbito estadual e regional; daí a relevância de verificar os incentivos concedidos às empresas ao nível municipal.

#### **4 Incentivos físicos, fiscais e econômicos municipais concedidos em Rio do Sul**

O município de Rio do Sul conta com a Lei nº 4021, conhecida como Plano de Incentivos, de julho de 2005, que visa incentivar empresas industriais, comerciais, agroindustriais, tecnológicas e prestadoras de serviço já instaladas ou que intencionem instalar-se no município. A contrapartida das empresas para o município está ligada diretamente à geração de novos postos de trabalho. Os incentivos podem ser cumulativos, dependendo das próprias entidades, desde que proporcionem incremento de empregos e imposto (PREFEITURA DE RIO DO SUL, 2005).

Conforme disposto na lei nº 4201, o Plano de Incentivo para empresas de Rio do Sul compreende os seguintes incentivos físicos, fiscais e econômicos: I – Execução em no máximo de 60% dos serviços de terraplanagem, aterro, corte, vias de acesso a empresa beneficiada e serviços de horas máquinas e equipamentos; II – implantação e/ou melhoria de rede de alta tensão de energia elétrica e iluminação pública, em até 30%; III – isenção em até 50% da taxa de licença para localização e permanência no local, bem como sua renovação anual de até 5 anos; IV – isenção em até 50% do imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana – IPTU pelo prazo de até 5 anos; V – isenção de emolumentos relativos a análise e aprovação de projetos, conforme interesse público; VI – isenção em até 50% de ISS para as obras e serviços executados para a implantação e/ou ampliação de projetos das entidades beneficiadas por esta Lei de Incentivos (PREFEITURA DE RIO DO SUL, 2005).

No ano de 2005, foram beneficiadas cinco empresas com o Plano de Incentivos, sendo os recursos de infraestrutura (I) os mais utilizados. Duas empresas responderam pela geração de 57 novos empregos, conforme pode ser comprovado na Tabela 4.

Tabela 4 – Empresas que receberam incentivos em 2005\*

EMPRESA	PORTE	INCENT.	EMPREG.	EXP.
DEMOVEL OFICINA DE VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA	MPE	I	0	Não
METAL SERVICE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	MPE	I	22	Não
OSVALDIR J.C. RODRIGUES E CIA LTDA	MPE	I	0	Não
ARTEFATOS DE MADEIRA STOLF LTDA	Grande	V	35	Sim
BATTISTI E GIACOMINI LTDA ME	MPE	I	0	Não

**Fonte:** Elaborado pelas autoras com base nos dados obtidos na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo de Rio do Sul

\* Empresas beneficiadas a partir de julho, mês em que a Lei do Plano de Incentivo entrou em vigor

Em 2006, apenas uma (01) indústria classificada como PME foi beneficiada, utilizando os recursos (I) e o recurso (II), conforme a tabela 5. Em 2007, conforme a tabela 6, uma (01) empresa, de grande porte, foi beneficiada com o incentivo (V), correspondente à isenção de emolumentos relativos à análise e aprovação de projetos, e, como contrapartida, gerou 30 novos postos de trabalho. Em 2008, quatro empresas receberam incentivos, sendo três delas exportadoras e de grande porte. A Metalúrgica Riosulense utilizou o incentivo (V) e gerou 240 novos empregos, conforme apresentado na tabela 7.

Tabela 5 – Empresas que receberam incentivos em 2006

EMPRESA	PORTE	INCENT.	EMPREG.	EXP.
NEILAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	MPE	II	0	NÃO

**Fonte:** Elaborado pela autora com base dados obtidos na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo de Rio do Sul

Tabela 6 – Empresas que receberam incentivos em 2007

EMPRESA	PORTE	INCENT.	EMPREG.	EXP.
ARTEFATOS DE MADEIRA STOLF LTDA-ME	GRANDE	V	30	SIM

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados obtidos na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo de Rio do Sul

Tabela 7 – Empresas que receberam incentivos em 2008

EMPRESA	PORTE	INCENT.	EMPREG.	EXP.
METALURGICA RIOSULENSE LTDA	Grande	V	240	Sim
BREVIL-BREMER E MARCOVILMETALMECÂNICA LTDA	Grande	V	0	Sim
CENTRO P-IND E COM. DE CONF. LTDA-ME	MPE	III; IV	0	Não
DICAVE-GÄRTNER DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE VEÍCULOS LTDA	Grande	VI	35	Sim

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados obtidos na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo de Rio do Sul

No ano de 2009, oito empresas receberam incentivos, sendo quatro delas de grande porte e quatro MPE. Os incentivos utilizados pelas empresas foram bastante variados, ocupando todas as opções disponíveis no Plano de Incentivos. Todavia, neste ano não havia a obrigatoriedade de gerar novos empregos, e, logo, nenhum foi gerado, conforme demonstrado na tabela 8.

Tabela 8 – Empresas que receberam incentivos em 2009

EMPRESA	PORTE	INCENT.	EMPREG.	EXP.
DICAWE-GÄRTNER DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE VEÍCULOS LTDA	Grande	VI	0	Sim
ARTEFATOS DE MADEIRASTOLF LTDA	Grande	I	0	Sim
COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA DO VALE DO ITAJAÍ	MPE	III;IV;VI	0	Não
METALURGICA RIOSULENSE LTDA	Grande	VI	0	Sim
ARDUINONARDELLI& FILHOS LTDA	MPE	II;III;IV	0	Não
ZANELLA ENGENHARIA DE PNEUS	Grande	I; III;IV;VI	0	Sim
TONON ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA-ME	MPE	III;IV;V;VI	0	Não
EXTRATO FEMININO IND. E COM. DE CONFECÇÃO LTDA	MPE	II;III;IV;VI	0	Não

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados obtidos na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo de Rio do Sul

Em 2010, oito empresas foram beneficiadas pelo Plano de Incentivos. Conforme a tabela 9, duas empresas eram de grande porte, e as demais, MPEs. Excluindo o incentivo (II), os demais incentivos foram utilizados, não havendo a obrigação de geração de empregos em nenhuma delas. Logo, nenhum novo posto de trabalho foi gerado.

Tabela 9- Empresas que receberam incentivos em 2010

EMPRESA	PORTE	INCENT.	EMPREG.	EXP.
TONON ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA-ME	MPE	I	0	Não
IND.AGRO COMERCIAL CASSAVA S/A	Grande	I;III;IV;V;V I	0	Sim
NUTRY CREAM EXPRESS COMÉRCIO DE SORVETES LTDA-ME*	MPE	Desc. Aluguel*	0	Não
JOEL MACHADO DA SILVA E CIA.LTDA-ME	MPE	I	0	Não
INDULTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÃO LTDA-ME	MPE	I	0	Não
PERFIL ETIQUETAS LTDA-ME	MPE	I	0	Não
WOLFGANG WACHHOLLZ	MPE	III;IV; VI	0	Não
ARTEFATOS DE MADEIRASTOLF LTDA	Grande	I	0	Sim

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados obtidos na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo de Rio do Sul

\*devido a reformas recebeu desconto no aluguel

De acordo com os dados apresentados, foi possível evidenciar que, entre 2005 e 2010, o Plano de Incentivos beneficiou 27 indústrias, das quais 10 de grande porte e exportadoras, e 17 MPEs, e não houve incentivos para nenhuma empresa de médio porte. Com os benefícios municipais concedidos, foram gerados 362 novos empregos, sendo 340 por empresas de grande porte e 22 por MPEs. Dos incentivos concedidos, nota-se maior procura pelos itens: I – Execução em no máximo de 60% dos serviços de terraplanagem, aterro, corte, vias de acesso a empresa beneficiada e serviços de horas máquinas e equipamentos, sendo concedido 12 vezes; IV – isenção em até 50% do imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana – IPTU pelo prazo de até 5 anos, concedido 8 vezes; VI – isenção em até 50% de ISS para as obras e serviços executados para a implantação e/ou ampliação de projetos das entidades, concedido 8 vezes.

No entanto, quando comparamos a quantidade de empresas beneficiadas ao total geral de empresas instaladas no município (ver quadro 01), percebe-se que poucas indústrias foram beneficiadas em relação ao total de estabelecimentos existentes no município, o que nos parece um baixo índice e demonstra a necessidade de averiguar as causas disso, o que esta pesquisa não comporta. Mesmo assim, os incentivos disponibilizados para as indústrias de transformação de Rio do Sul acabam por ser um diferencial para as empresas já instaladas e para outras que possam vir a se instalar. Dessa forma, Rio do Sul possui instrumentos para atrair tais investimentos e, conseqüentemente, proporcionar desenvolvimento regional para o município, bem como para a região do Alto Vale do Itajaí.

## **5 Considerações finais**

Embora muitas correntes literárias opõem-se à interferência do Estado na economia, o setor privado não oferece todas as condições necessárias para o pleno desenvolvimento industrial. Os desequilíbrios no mercado nem sempre podem ser sanados pela livre concorrência, principalmente no que diz respeito ao aumento da capacidade produtiva dos setores econômicos. Assim, a participação do Estado, através de ferramentas, tanto de práticas de regulação do mercado quanto do direcionamento de incentivos, é necessária para impulsionar o crescimento econômico.

No contexto da importância da intervenção do Estado na economia, o presente artigo buscou investigar a influência dos incentivos fiscais, físicos e econômicos para geração de emprego no município de Rio do Sul. Como resultado, considerando-se o objetivo proposto, foi possível observar que a Prefeitura utilizou, no âmbito da política industrial, os instrumentos de caráter horizontal estabelecidos no Plano de Incentivos, compreendendo incentivos fiscais-físicos e econômicos.

Quanto aos incentivos físicos (infraestrutura), a Prefeitura contribuiu na execução de parte dos serviços de terraplanagem, aterro, corte, vias de acesso a empresa beneficiada e serviços de horas máquinas e equipamentos; os incentivos fiscais levantados foram praticados por meio de isenções de taxas, impostos e emolumentos. Os dados levantados indicaram que um total 27 indústrias de transformação foram beneficiadas pelos incentivos, sendo da responsabilidade de algumas a geração 362 novos empregos durante o período de 2005 a 2010.

A Lei nº 4021, conhecido como Plano de Incentivos, é de julho de 2005. Sendo assim, a série histórica da análise foi de cinco anos. Como o período de análise foi curto, é possível afirmar apenas que a política industrial proposta pela Gestão Municipal através dos incentivos foi bem recebida pelo empresariado local. Todavia, a intervenção ao nível municipal precisa sempre ser pensada e discutida em âmbito local, para que possa realmente propor medidas que façam a diferença no desenvolvimento industrial no município. Consideramos que a pesquisa cumpriu com o objetivo de levantar os dados para uma verificação preliminar do Plano de Incentivos em Rio do Sul. Contudo, a pesquisa deve ser elaborada novamente, considerando um tempo maior de análise.

## Referências

- AMAVI, VA por área no ano de 2008. Disponível em: <<http://www.amavi.org.br/perfil&municipio=421480>> Acesso em 27 de set. 2011.
- FERRAZ, J. C. et.al. Política industrial. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (org.) **Economia industrial – fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. RJ: Ed. Campus, p. 545-567, 2002.
- GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- MUNICÍPIOS, Rio do sul. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/portalturismo/Default.asp?CodMunicipio=94&Pag=1>>. Acesso em 22 de mar. 2011.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE – Base de Dados da RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais). Brasília, competência 2006, 2007, 2008, 2009, 2010.
- PELUSO JUNIOR, Vitor A. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC Ed. : Ed. da UFSC, 1991.
- PINDYCK, Robert S; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. Tradução Eleutério Prado, Thelma Guimarães. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall: 2006.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. **Comércio Exterior e suas Necessidades**. Disponível em: <<http://www.riodosul.sc.gov.br/portal/index.php>>. Acesso em 25 de out. 2011.
- RIO DO SUL. **Lei n 4201, de 11 de julho de 2005**. Dispõe sobre documentos e procedimentos para utilização do Plano de Incentivos as empresas de Rio do Sul. Disponível em: <http://legislacaomunicipal.com/leis.php?cnpj=83102574000106&lei=4201> Acesso em: 14 nov.. 2011
- FIESC. Santa Catarina em Dados. FIESC, 2010. Disponível em: <[http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site\\_topo/pei/produtos/show/id/46](http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site_topo/pei/produtos/show/id/46)> Acesso em: 25 out. 2011
- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Mapa da SDR de Rio do Sul**. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/regionais/riodosul.htm>> Acesso em 27 de set. 2011.
- STIGLITZ, Joseph E; WALSH, Carl E. **Introdução a Microeconomia**. Tradução de: Helga Hoffmann. 3 ed. Rio de Janeiro: Campos, 2003.
- SUZIGAN, W. A experiência histórica de política industrial no Brasil. **Texto para Discussão**. Campinas: IE/Unicamp, n. 48, 1996.
- TOMASINI e HOERHNN. **Atividades Econômicas**. IN DIRKSEN, Valberto; KLUG, João. **Rio do Sul uma História**. Rio do Sul: Ed. da UFSC, 2000.